



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Trajetórias de longo prazo, desigualdades e desenvolvimento: as configurações territoriais do Vale do Ribeira e Bocaina (SP)

Long-term trajectories, inequalities and
development: the territorial configurations of the
Ribeira Valley and Bocaina (SP)

*Carolina Galvanese, doutoranda em Planejamento e Gestão
do Território (PGT- UFABC), carolgalvanese@yahoo.com.br*

*Suzana Kleeb, doutoranda em Planejamento e Gestão do
Território (PGT- UFABC), skleeb@uol.com.br*

*Arilson Favareto, doutor em Ciência Ambiental (PROCAM-
USP), professor da UFABC e pesquisador do CEBRAP,
arilson@uol.com.br*

RESUMO

As desigualdades territoriais representam importante eixo de reprodução das desigualdades brasileiras. Apesar das políticas tradicionais voltadas à questão regional dos anos 60 e da retomada recente dos debates sobre a dimensão territorial do desenvolvimento, os desequilíbrios históricos seguem como desafio à agenda pública do país. Os debates teóricos e as recomendações internacionais divergem acerca das estratégias para combatê-las, e as novas dinâmicas territoriais em curso, principalmente aquelas em marcha nas regiões não metropolitanas do país, carecem de uma explicação que permita entender quais os limites e possibilidades que hoje se impõem aos diferentes territórios brasileiros. Partindo de dois casos empíricos – Vale do Ribeira e Bocaina (SP) – buscou-se evidenciar a importância das trajetórias de longo prazo na formação de estruturas territoriais que, metamorfoseadas ao longo do tempo, encaminham o sentido dos processos de mudança e as formas de distribuição do acesso a ativos e poder aos diferentes grupos sociais, em um sentido de maior ou menor inclusão social. A partir de uma leitura acerca das articulações entre sociedade e natureza, mediadas por estruturas e instituições, apresenta-se uma análise que permite entender os fatores envolvidos nas formas de inserção econômica desses territórios e nos resultados da entrada de políticas e investimentos públicos ao longo do tempo.

Palavras Chave: Territórios; Desigualdades; Desenvolvimento; Estruturas sociais, Meio-ambiente.

ABSTRACT

Territorial inequalities represent an important axis of reproduction of Brazilian inequalities. In spite of the traditional policies focused on the regional question of the 1960s and the recent resumption of debates on the territorial dimension of development, historical imbalances continue to challenge the country's public agenda. The theoretical debates and the international recommendations diverge on the strategies to combat the inequalities, and the new territorial dynamics in progress, especially those in progress in the non-metropolitan regions in the country, need an explanation to understand the limits and possibilities that today are imposed on the different Brazilian territories. Starting from two empirical cases - Vale do Ribeira and Bocaina (SP) - it was tried to highlight the importance of the long-term trajectories in the formation of territorial structures. These, metamorphosed over time, forward the meanings of the processes of change and the forms of distribution of access to assets and power to different social groups, in a sense of greater or lesser social inclusion. Based on a reading about the articulations between society and nature, mediated by structures and institutions, the analysis is presented to understand the factors involved in the economic insertion of these territories and the results of the entry of public policies and investments throughout the time.

Keywords: Territories; Inequalities; Development; Social structures; Environment.

INTRODUÇÃO

Debates recentes sobre o desenvolvimento enfatizam, de maneira crescente, a centralidade do combate às desigualdades na agenda pública contemporânea. Autores como Amartya Sen (2000), Joseph Stiglitz (2012), Thomas Piketty (2013) e Anthony Atkinson (2016) – recentemente premiados pelo *mainstream* da Economia – vêm se dedicando a demonstrar seus mecanismos e efeitos prejudiciais ao bom desempenho das economias nacionais e à coesão social dos países, dificultando a ampliação de oportunidades para grandes parcelas da população mundial. Para além de seus efeitos sobre a renda, parte importante dessa literatura chama a atenção para a necessidade de combatê-las em suas múltiplas dimensões – gênero, etnia, ou território –, de forma a alcançar uma maior distribuição do acesso aos trunfos e capacitações necessárias à plena realização das liberdades humanas entre os diferentes grupos sociais (Sen, 2000; Kerstenetzky, 2002; Kerstenetzky, 2015; Abramovay, 2015). Mais do que a garantia do bom funcionamento dos mercados e, portanto, do crescimento econômico, isso recoloca a importância dos Estados enquanto coordenadores de processos de desenvolvimento que, ancorados em amplas alianças nacionais, sejam capazes de alterar as bases históricas de reprodução das desigualdades de forma a possibilitar uma maior inclusão de diferentes segmentos sociais na partilha de seus resultados, para além dos interesses das elites tradicionalmente dominantes (Abramovay, 2015; Kerstenetzky, 2015).

Os impasses atualmente vivenciados por países como o Brasil e alguns vizinhos da América Latina, ou pelas chamadas economias emergentes ilustram as dificuldades de tradução desse debate teórico em estratégias e formas de ação pública com ele convergentes. Após alguns anos marcados por expressivos níveis de crescimento econômico e redução de pobreza, parte desses países assiste, hoje, ao arrefecimento e, em grande medida, à reversão dessas tendências. Além disso, a redução das desigualdades se mantém como importante desafio em todos eles (OECD, 2011). No caso brasileiro, o casamento entre estratégias de crescimento econômico fortemente apoiadas na reprimarização da pauta de exportações do país – em atividades de produção e exportação de *commodities*, tradicionalmente concentradoras de renda e de forte pressão sobre os recursos naturais - e políticas redistributivas de inclusão social via transferências de renda, representou inegáveis avanços expressos na melhoria generalizada de indicadores sociais e de renda na primeira década dos anos 2000. Porém, essa estratégia de crescimento inclusivo não parece ter sido acompanhada pela ampliação das condições que permitiriam melhorar a qualidade de inserção social da grande maioria da população, cujas oportunidades não teriam sido substantivamente alteradas (Abramovay, 2015). Diferente disso, o que se viu foi uma melhoria – importante, mas insuficiente – das condições materiais dos patamares mais baixos da pirâmide social brasileira, sem que se alterassem, significativamente, as estruturas históricas de reprodução das desigualdades no país. Diante do crescente embate de forças no âmbito da política nacional e da erosão da estabilidade da ampla aliança social que possibilitou os avanços observados nesse período, crescem as reflexões que defendem que uma nova trajetória de desenvolvimento, mais inclusiva e sustentável, teria que envolver, para além de uma estratégia redistributiva, um novo pacto social baseado na mobilização de uma (ainda inexistente) coalizão de forças sociais capaz de vocalizar um projeto nacional e alternativo de desenvolvimento, apoiado em diferentes articulações entre sociedade, economia e meio-ambiente (Diniz, 2010; Kerstenetzky, 2015; Bresser-Pereira, 2015; Abramovay, 2015).

O presente artigo situa-se no campo de debates sobre as desigualdades territoriais, entendidas enquanto importante componente de reprodução das desigualdades no Brasil, desde sua formação até os dias atuais (Cepal, 2016; Rimisp, 2012). A partir de um olhar sobre territórios não

metropolitanos¹, busca-se enfatizar a importância do foco na dimensão territorial das desigualdades para o equacionamento das questões formuladas pelos estudos recentes sobre o desenvolvimento. Tradicionalmente, a literatura internacional voltada à temática do desenvolvimento regional entende as desigualdades espaciais internas aos países no registro da presença/ausência de vantagens comparativas – fatores tangíveis e intangíveis, *hard* e *soft*, como recursos naturais, infraestrutura produtiva e ambientes institucionais – e das diferentes formas de inserção dos territórios nos processos mais amplos de acumulação capitalista. Debates mais recentes de vertentes como a Nova Geografia Econômica (Krugman, 1991) e sua normatização em documentos internacionais como o do Banco Mundial (2009) acrescentam a essa ideia certo fatalismo em relação a regiões onde estão ausentes as condições necessárias para inserção em redes mais amplas de produção, às quais caberia endereçar políticas redistributivas mitigando a baixa produtividade e geração local de riquezas através da garantia de condições mínimas de vida a suas populações. Esse receituário vem, de maneira crescente, retirando da pauta dos Estados a formulação de políticas de combate às desigualdades espaciais em nome de estratégias com foco no aprimoramento da competitividade econômica de regiões avançadas (OECD, 2010). As políticas públicas deveriam ser implementadas de forma territorialmente cega, reduzindo a interferência nos processos econômicos e permitindo sua concentração espacial, benéfica ao desempenho econômico do país. Nessa visão, as desigualdades a serem combatidas são interpessoais e de renda, objeto, como dito, das políticas sociais. Sob o ponto de vista empírico, as dinâmicas territoriais hoje em marcha tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento, mostram que a concentração das atividades produtivas não é inevitável e nem desejável, e o crescente descolamento entre regiões de produção e regiões de consumo (Davezies, 2008) complexifica a análise em relação aos momentos de industrialização, em que as regiões mais produtivas eram também aquelas com maiores níveis de renda². Sob o ponto de vista teórico, essa literatura avança pouco em relação ao entendimento dos processos de formação e diferenciação dos territórios e das características e mecanismos que respondem por suas diferentes formas de inserção ao longo do tempo.

No caso do Brasil – cuja trajetória de desenvolvimento é historicamente marcada por importantes heterogeneidades estruturais e pela permanência de brechas e desigualdades regionais ao longo do tempo –, as políticas e o aparato de planejamento implementado em torno da questão regional nos anos 1960 sofreram sucessivos desmontes a partir de finais dos anos 1980, ganhando nova força na virada dos 2000, com a retomada dos debates sobre a dimensão territorial do desenvolvimento. Paralelamente às políticas setoriais e seus importantes impactos nas formas de apropriação do espaço e dos recursos nas diferentes regiões ao longo do território nacional³, houve uma tentativa de retomada do enfoque territorial das políticas durante o período socialdesenvolvimentista recente, expressa por exemplo, em programas como o Territórios da Cidadania (PTC), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), ou o Programa de

1 Este artigo apresenta os resultados parciais de um conjunto de pesquisas que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do projeto “Mudanças de longo prazo e metamorfoses da dominação nas regiões rurais ou interioranas do Brasil”, coordenado pelo Prof. Dr. Arilson Favareto (UFABC), com apoio do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq), e voltado à compreensão das especificidades das dinâmicas em territórios não metropolitanos do Brasil, através do estudo de cinco configurações territoriais localizadas em dois estados brasileiros – Sertão do São Francisco e Extremo Sul (Bahia), e Vale do Ribeira, Bocaina e Cuestas de Botucatu (São Paulo). Para uma discussão detalhada desse estudo, ver Favareto et al (2015).

2 Para uma visão sobre os debates acerca das desigualdades espaciais e suas implicações para políticas, ver Galvanese (2015).

3 Dados recentes pontam, entre outros fatores, para o aprofundamento da especialização dos perfis produtivos regionais nesse período (Favareto et al, 2014).

Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO)⁴. Em convergência com os debates sobre participação, governança e desenvolvimento territorial, essas iniciativas públicas promoveriam a organização de colegiados territoriais que fomentariam a composição de alianças e acordos de desenvolvimento, aproximando os ganhos entre os diversos grupos sociais e permitindo maior sustentabilidade no uso dos recursos pelas diferentes atividades econômicas. Porém, é grande o número de estudos que apontam as dificuldades em se passar da teoria à prática. Do ponto de vista de sua formulação, a atenção à dimensão territorial das políticas se apresentou enquanto inovação retórica mais do que como prática efetiva, uma vez que se manteve um forte viés setorial nas ações do Estado assim como as dificuldades de coordenação entre elas (Favareto et al, 2010). Além disso, esses estudos mostram que as relações entre participação e desenvolvimento não são mecânicas e que parte das dificuldades de implementação observadas se relaciona, fortemente, às características das estruturas sociais locais que limitam as possibilidades de ação coletiva nos diferentes territórios, e seguem bloqueando as possibilidades de mudança em suas trajetórias de desenvolvimento em um sentido de maior coesão social e sustentabilidade (Coelho et al, 2010; Galvanese, 2014).

Os debates que norteiam a elaboração de iniciativas estatais de desenvolvimento territorial prescindem de uma visão acerca dos processos por meio dos quais os territórios se constituem, sedimentando estruturas cujas características respondem pelas diferentes performances observadas - ainda que sob incidência do mesmo leque de políticas - e pelos distintos e muitas vezes divergentes resultados que eles apresentam quando se olha para o sentido e para a extensão das mudanças recentes. Isso é ainda mais importante diante do desconhecimento acerca dos fatores envolvidos na configuração das novas dinâmicas rurais em marcha⁵ que, no caso brasileiro, desafiam as análises tradicionais sobre o desenvolvimento rural. Nesse sentido, busca-se aqui a apresentação de uma análise que, mobilizando recursos teóricos da sociologia e da economia, pretende contribuir com o entendimento de como as desigualdades operam, ao longo do tempo, em dois casos empíricos, tendo por base o conceito de configuração territorial - entendida enquanto unidade espacialmente dada, a um só tempo estrutural e dinâmica, que envolve padrões de organização social e de constituição de formas de dominação e exercício da violência e, junto disso, os comportamentos sociais que se constituem em consonância com esses padrões⁶ (Favareto et al., 2015). A ideia central aqui apresentada é a de que nessas unidades se configuram diferentes articulações entre sociedade e natureza, mediadas por estruturas de dominação e instituições que governam o acesso e uso dos recursos locais - cujas assimetrias refletem e reforçam a distribuição desigual de poder entre os diferentes grupos sociais - e que definem, pela maneira como articulam alianças internas e externas, as formas de inserção econômica do território e os resultados da entrada de políticas e investimentos públicos. Essas estruturas de dominação são construídas no longo prazo e podem ser mais ou menos favoráveis à coesão social, comportando, dialeticamente, componentes de permanência e de mudança que merecem ser melhor conhecidos.

4 Envolvendo Ministérios como os antigos Ministério de Desenvolvimento Agrário e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, recentemente reorganizados sob o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e de Desenvolvimento Agrário/Casa Civil.

5 Entre elas, a reversão de fluxos migratórios e estancamento do êxodo rural, e uma crescente diferenciação entre um Brasil urbano, intermediário e rural (Favareto et al, 2015).

6 Esse conceito se apoia nas teorias de Pierre Bourdieu, Norbert Elias e Douglass North, e permite compreender as interdependências existentes entre as estruturas sociais e os comportamentos sociais de agentes e grupos locais, as formas de dominação que as sustentam, e os mecanismos responsáveis por sua reprodução ou mudança ao longo do tempo.

A próxima seção apresenta as trajetórias históricas de duas configurações territoriais do estado de São Paulo. A primeira delas é a do Vale do Ribeira, localizado no eixo de ligação entre o sudeste e o sul do país, entre São Paulo e o Paraná⁷, e historicamente o território com os piores indicadores de desenvolvimento do estado. Abrangendo os maiores remanescentes de Mata Atlântica contínua do país e dotado de uma estrutura social relativamente diversificada – com a presença de comunidades tradicionais de caçaras, quilombolas e ribeirinhos, comunidades de descendentes de imigrantes, agricultores familiares e produtores de médio e grande porte –, o território apresenta-se como um caso emblemático da contradição entre a existência de fatores que poderiam alavancar processos de desenvolvimento em um sentido de maior inclusão dos diversos grupos sociais ali presentes, e bloqueios estruturais que limitam o alcance das transformações recentes, sobretudo aquelas observadas a partir dos anos 2000. Internamente heterogêneo, suas diferentes características ambientais, sociais e econômicas permitem a divisão dos municípios que dele fazem parte em três grandes grupos. O Alto Vale compreende as áreas serranas do território e é composto pelos municípios de Apiaí, Itaoca, Ribeira, Barra do Turvo e Iporanga. Sua topografia e características ambientais dificultaram processos de dinamização econômica com base na produção agropecuária ao longo do tempo. O Médio Vale compreende as extensas planícies à beira do rio Ribeira de Iguape, cuja geografia plana facilitou o desenvolvimento da agricultura comercial ao longo dos séculos XIX e XX. Abrange os municípios situados próximo ao eixo da rodovia BR-116 – Eldorado, Cajati, Jacupiranga, Sete Barras, Pariquera-Açu, Juquiá, Tapiraí, Miracatu e Registro –, este último sendo o maior município em população e congregando a maior parte da estrutura de serviços locais. Concentram-se ali os maiores PIBs agrícolas do território que, na última década, cresceram acima das médias nacional e estadual. O Baixo Vale compreende as áreas litorâneas contidas nos municípios de Iguape, Ilha Comprida, Cananéia, Itariri, Pedro de Toledo e Peruíbe, com áreas de mangues e restingas que representam importante berçário natural e reserva de biodiversidade. Apesar de um passado de relativa prosperidade econômica vinculada à produção de arroz durante o século XIX, o Baixo Vale hoje apresenta baixo dinamismo econômico e sobrevive, principalmente, de atividades de pesca e turismo.

A segunda configuração territorial, denominada artificialmente como Bocaina, compõe-se de duas sub-regiões (3 e 4) da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. A primeira delas, composta pelos municípios de Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim, Roseira, tem na Via Dutra importante eixo de mobilidade e integração das dinâmicas econômicas regionais. A grande maioria dos municípios encontra-se nos entornos desse eixo, sendo Guaratinguetá e Lorena as cidades polo. Nestas destacam-se atividades industriais e de serviços, enquanto as atividades agropecuárias se restringem a zonas próximas ao rio, como o plantio de arroz. Os demais municípios apresentam menor atividade econômica, com a exceção de Aparecida – em que o turismo religioso aquece fortemente o setor de serviços –, Piquete – cuja dinâmica se alia aos interesses da indústria bélica do Exército ali localizada –, e Cunha – mais distante da Via Dutra e tradicionalmente associada à pecuária e agricultura de subsistência, com recente impulso ao turismo rural e ecológico. A outra sub-região agrega os municípios de Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras, e apresenta piores indicadores econômicos e sociais. Ali, a principal atividade econômica é a pecuária, com alguma incidência da exploração de florestas de eucalipto em Silveiras e Areias, e de atividade industrial em Cruzeiro. Em contraste com o baixo dinamismo atual, essa sub-região foi pioneira do ciclo da

⁷ De acordo com o governo do estado de São Paulo, a Região Administrativa de Registro abrange 14 municípios. Na classificação de programas e políticas federais, como o Programa Territórios da Cidadania ou o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (PROMESO), o território considerado abrange 25 municípios. No presente trabalho considerou-se um total de 20 municípios, excluindo-se os municípios que, por proximidade física ou afinidade de dinâmicas, se aproximam mais de territórios vizinhos.

cafeicultura paulista, congregando os maiores volumes de produção durante o século XIX e consolidando núcleos com estrutura urbana hoje preservada como patrimônio cultural, conferindo-lhe a denominação de Vale Histórico. A heterogeneidade interna é marca central da configuração territorial da Bocaina, tanto nas formas de exploração dos recursos naturais, como nas formas de inserção diferenciada de seus municípios aos ciclos da economia brasileira, como será mostrado a seguir.

Através de uma análise sobre a gênese e a evolução dessas duas configurações territoriais, busque-se compreender como operam, ao longo do tempo, as interdependências entre o meio-ambiente e as bases materiais dos diferentes processos de desenvolvimento observados, as coalizões que os suportam e que deles se beneficiam, e as desigualdades na distribuição de trunfos sociais que determinam o sentido de maior ou menor coesão social das diferentes trajetórias, e cujos mecanismos de reprodução dificultam processos de recomposição de forças sociais em torno de modelos alternativos de desenvolvimento territorial.

TRAJETÓRIAS DE LONGO PRAZO: VALE DO RIBEIRA E BOCAINA (SP)

O VALE DO RIBEIRA

O Vale do Ribeira foi uma das primeiras localidades brasileiras a experimentar o contato com o mundo colonial português. Ali foram deixados degredados e prisioneiros por parte de expedições portuguesas e espanholas que passavam em direção ao Rio da Prata, e estes, estabelecidos no local, exerceram papel decisivo no desembarque pacífico e apoio a expedições de interiorização para captura de mão de obra indígena e exploração de metais preciosos.⁸ A trajetória do território associou-se atavicamente, desde os primeiros tempos, à vida ribeirinha em torno do rio Ribeira de Iguape, principal meio de mobilidade e escoamento de produtos. Ao longo dos séculos XVII e XVIII mineradores foram atraídos para as atividades de mineração do ouro de aluvião, realizadas em áreas do Alto e Médio Vale. A ampliação do comércio fluvial e marítimo derivada das atividades auríferas foram determinantes para a consolidação da atividade de estaleiros e construção de embarcações nas vilas litorâneas de Cananéia e Iguape no século XVII. Esta última, onde se localizava o principal porto regional, foi a localidade que mais se destacou nesse período, onde o ouro era quintado, fundido e exportado⁹ (Diegues, 2007; Paes, 2014). Conformou-se uma estrutura social polarizada, com uma base constituída de mão de obra escrava e homens livres que atuavam na produção de agricultura de subsistência em apoio aos núcleos mineradores e, por outro lado, um grupo formado por exploradores de minas escravistas, navegantes/transportadores e comerciantes, com plenos domínios sobre transporte e comércio fluvial do ouro, de escravos e gêneros de consumo provenientes de outros mercados, especialmente do Rio de Janeiro.

As atividades de mineração começam a se esgotar na segunda metade do século XVIII, levando à evasão de grande parte dos mineradores em direção a áreas mais promissoras (Minas Gerais e Goiás), deixando para trás não só terras, mas escravos libertos ou abandonados. Estes fundaram bairros negros em áreas mais afastadas do rio Ribeira, e deles descendem as atuais comunidades

8 Figura emblemática na história local, Cosme Fernandes Pessoa, conhecido por Bacharel de Cananéia, é um exemplo e teria sido deixado ali na expedição de Américo Vespúcio em 1502 por ter cometido crime em Portugal (Paes, 2014).

9 Em 1630 foi instalada a Casa de Fundição em Iguape. O intuito era salvaguardar interesses portugueses frente aos contrabandos e evasão clandestina de ouro (Valentin, 2006; Paes, 2014).

quilombolas da região (Paes, 2014). Os escravistas que ali se mantiveram, realocaram seus recursos – terra e mão-de-obra – para a produção do arroz, cuja escala comercial foi incrementada após a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil e a abertura dos portos em 1808 (Muller, 1980; Resende, 2002; Paes, 2014). Em Iguape, a monocultura do arroz ocupou áreas férteis ao longo do leito dos rios, com maior volume de escravos e em grandes propriedades concedidas em sesmarias a colonos portugueses. Dali o arroz era exportado e reincorporado ao mercado interno pelo porto do Rio de Janeiro, seu principal mercado. Em núcleos mais afastados do porto, como é o caso de Xiririca, atual Eldorado, destacou-se uma estrutura produtiva mais desconcentrada entre grandes, médios e pequenos escravistas, homens livres e pobres, ex-escravos e libertos. Ali a produção do arroz agregou-se a outros cultivos de subsistência (mandioca, feijão, milho, fumo, cana-de-açúcar, aguardente), cujos excedentes eram comercializados externamente. Parte importante do fornecimento regional de itens alimentícios provinha do cultivo nos bairros negros, e seu papel na economia local explica a tolerância com que sua presença era tratada pela elite escravista local.

A sociedade rizicultora que se desenvolveu ao longo do século XIX, tinha uma estrutura social um pouco mais diversificada do que a que se desenvolveu durante os períodos de exploração aurífera. As camadas mais altas da estrutura social eram compostas pelos escravistas detentores de engenhos de beneficiamento do arroz e comerciantes, que enriquecidos com o comércio de arroz e de escravos tinham condições de acudir, com aportes financeiros contínuos, produtores agrícolas que enfrentavam dificuldades como pragas, doenças e, principalmente, as muitas vezes catastróficas enchentes do Ribeira. Em seguida encontravam-se aqueles escravistas dedicados exclusivamente às atividades de plantio. Aqui, em alguns casos, um mesmo indivíduo ou família detinha o controle de todas as etapas da cadeia produtiva, do plantio às exportações e comércio de escravos¹⁰, conformando uma elite pouco numerosa, que se valia de acordos e casamentos com vistas à reprodução e fortalecimento de poder político e econômico. Acumulavam também títulos militares ou cargos públicos, materializando-se assim mecanismos de manutenção de seu prestígio regional. Nas camadas médias, ocorreu uma discreta ampliação de trabalhadores urbanos pobres nas vilas litorâneas, com o surgimento de atividades manufatureiras e de prestação de serviços por salário, parceria ou escambo. Na base da pirâmide social encontravam-se os escravos e os grupos de negros libertos.

O ciclo do arroz do Ribeira, contudo, foi um surto de rápido esgotamento, declinando em razão de fatores exógenos – principalmente a lei Euzébio de Queirós, que leva à escassez de mão de obra escrava e seu redirecionamento para o café, e a forte concorrência com o arroz de outras localidades –, e endógenos – principalmente o insucesso da construção do Valo Grande¹¹, que penalizou os excedentes e o setor comercial da região. Além disso, a monocultura do arroz reduziu a possibilidade de exploração de outros itens alimentícios minando a diversidade produtiva e penalizando a participação no mercado interno crescente em São Paulo. O ciclo do arroz no Vale do Ribeira não consolidou, assim, um padrão de riquezas compatível com regiões inseridas nas redes de sustentação dos centros apoiados na expansão da cafeicultura. A elite econômica

10 Caso de José Antonio Peniche - português, comerciante, construtor de embarcações, produtor de arroz e Capitão-Mor de Iguape que detinha, em 1828, a segunda maior posse de cativos da região, 62 escravos. Sua família dominava o mercado de cativos no início do século XIX (Valentin, 2006; Paes, 2014).

11 Por iniciativa dos comerciantes e com autorização do Império, iniciou-se em 1837 a construção de um canal de ligação entre o rio Ribeira e o mar que poderia facilitar o escoamento de produtos, até então desembarcados no porto fluvial e transportados em lombo de burro até o porto marítimo. A obra foi inaugurada em 1852 e provocou importante assoreamento das margens do rio, comprometendo a navegação de grandes embarcações a vapor e respondendo pela perda de importância do porto de Iguape no final do século XIX.

regional mostrou que, apesar de internamente significativa, não tinha força política para interferir a favor de medidas de apoio ou socorro junto a outras escalas de poder, ou compor interesses com as elites cafeicultoras que ganhavam hegemonia na expansão econômica paulista (Muller, 1980). Com o fim da economia mercantil do arroz, as camadas mais abastadas da elite se retiraram, mantendo-se poucos representantes menos influentes, dedicados ao comércio, às atividades de embarcações a vapor e à pesca comercial nas áreas litorâneas. A região voltou-se à economia de subsistência, com pouca comercialização de excedentes, sob uma organização caipira da produção e da vida local¹².

No século XX, novos agentes passaram a fazer parte do cenário regional (Muller, 1980; Queiroz, 1983). O Estado intensificou sua presença na região, buscando incentivar o povoamento através de políticas de colonização, uma vez que o vazio demográfico e a falta de mão de obra eram, à época, entendidos como principais fatores a impedir o desenvolvimento econômico regional. Após algumas tentativas infrutíferas em terras devolutas, partiu-se para constituição de núcleos coloniais de imigrantes. A experiência mais significativa foi a dos japoneses, iniciada em 1913 com estímulo à produção de arroz, cuja demanda pelos crescentes mercados paulistas levava a grandes volumes de importação do grão, produzindo reflexo negativo na balança comercial do país (Muller, 1980). Contudo, a produção de arroz não cumpriu as expectativas e grande parte dos colonos rumaram para o planalto e para regiões cafeicultoras no Paraná. Os imigrantes remanescentes obtiveram relativa prosperidade com a produção de banana e chá, incorporados aos mercados nacionais e internacionais. A grande demanda internacional por chá no final da década de 1930 levou ao incremento dessa cultura entre a colônia nipônica¹³, organizada, principalmente, em torno da mão de obra familiar em propriedades de pequeno porte, cuja produção era incorporada pelas agroindústrias ali instaladas. Entre 1935 e 1945 o Ribeira respondia por 60% do volume exportado (Muller, 1980). A cultura da banana também passa a ganhar, a partir desse período, escala comercial. Esse foi o principal produto incentivado durante o processo de incorporação do Vale do Ribeira aos fluxos urbano-industriais do restante de São Paulo, que buscou integrar a produção regional aos crescentes mercados consumidores urbanos, com o importante papel do Estado como agência promotora de estímulo a formas empresárias de produção, concessão de terras e incremento da malha ferroviária e rodoviária desde os anos 1930/40 (Muller, 1980), destacando-se a construção da rodovia BR-116 em 1961 e a criação da Sudelpa - Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (1969)¹⁴.

Essas atividades produtivas promoveram mudanças nas bases de organização da economia regional e, conseqüentemente, nas formas de vida e sociabilidade do Vale do Ribeira. A primeira delas foi a concentração de terras associada à especulação fundiária, com o avanço da banicultura produzida extensivamente em terras devolutas, acirrando conflitos e o deslocamento de populações ali anteriormente instaladas. Em segundo lugar, pequenos

¹²Caracterizada por Candido (1964) por fatores como a produção para subsistência, manutenção de laços de solidariedade, intensas relações de vizinhança e indiferenciação social.

¹³A presença do chá se associou a um imigrante que teria trazido as primeiras mudas durante passagem pelo porto da Índia. Máquinas também foram importadas do Japão, com auxílio da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (Cia Ultramarina de Desenvolvimento), conhecida por KKKK, que passa a se responsabilizar pela colonização e pelo apoio às atividades imigratórias desde 1919 (Muller, 1980).

¹⁴Não se detalha neste artigo os sucessivos planos e projetos implementados pelo governo estadual ao longo da segunda metade do século XX, cujo maior legado foram obras estruturais sob coordenação da Sudelpa. Estes propiciaram, em certos momentos, uma melhora de indicadores econômicos locais, mas aprofundaram as já existentes desigualdades regionais, com pouca ou nenhuma referência às demandas locais ou às diferentes formas de organização das comunidades ali instaladas. Para detalhes adicionais, ver Galvanese (2014).

produtores, que durante o período posterior ao ciclo do arroz dedicavam-se a uma organização doméstica e familiar de produção de gêneros de subsistência, passaram a ser parcialmente incorporados à produção de chá e banana como mão-de-obra assalariada, o que alterou, também, suas bases tradicionais de reprodução. Os imigrantes japoneses, após as dificuldades iniciais, foram justamente aqueles que empregaram essa população local, transformando-se em fazendeiros e empregadores (Muller, 1980). Em terceiro lugar, o crescimento da produção de chá e de banana ampliou o número de lavouras permanentes, o que se refletiu na retração dos demais produtos para subsistência e consumo local, e no conseqüente empobrecimento da população regional (Muller, 1980).

As figuras do teicultor e do bananicultor, em sua maioria imigrantes, se introduziram de maneira sobreposta às formas tradicionais ali instaladas, sem, no entanto, submetê-las completamente à lógica de trocas capitalistas, uma vez que, em alguma medida, os fluxos comerciais articulavam pequenos produtores ribeirinhos à reprodução do capital comercial local. Coexistiam, assim, distintas formas de uso dos recursos locais e de organização da produção e do trabalho, o que favoreceu a manutenção de certo grau de autonomia por parte dos caboclos, comunidades negras e ribeirinhos, expressa nas percepções dos imigrantes acerca da preguiça ou da falta de vocação para o trabalho sistemático dessas populações (Andrade, 2003; Diegues, 2007). Porém, essa autonomia relativa, longe de garantir condições de igualdade, guardava importantes assimetrias no que se refere ao acesso às terras e recursos locais entre ribeirinhos e imigrantes. Diferentemente do tecido social mais coeso do início do século XX, a entrada dessas novas figuras promoveu uma trifurcação desse tecido e o início da desestabilização das formas tradicionais de ocupação da terra e da sociabilidade ribeirinha, com aprofundamento de conflitos e das desigualdades entre eles e as novas elites apoiadas pelo Estado.

Na década de 1980 outro elemento entra em cena: a ascensão dos debates sobre a questão ambiental na agenda pública. O caráter restritivo da legislação ambiental que passou a incidir sobre o território nesse momento acentuou as alterações no modo de vida e reprodução das comunidades ribeirinhas, em especial as comunidades negras e os pequenos agricultores sem domínio legal de suas terras. De uma hora para outra, suas atividades produtivas e suas formas tradicionais de relação com a terra e os recursos passaram a ser ilegais e a sofrer repressão policial. A mudança na lógica coletiva de uso das terras com a repartição em lotes individuais e a passagem de um sistema de roças rotativas para um sistema de uso intensivo foram fatores que, em conjunto, contribuíram com a aceleração da desestruturação do sistema agrícola caboclo (Andrade, 2003; Diegues, 2007). O fato de não possuírem a titularidade definitiva de suas terras gerou insegurança e maiores dificuldades de acesso a crédito e a processos de licenciamento ambiental do que aquelas enfrentadas por proprietários legalizados, para quem a fiscalização representava, não um impeditivo às práticas agrícolas, mas apenas um custo extra (Resende, 2000; Andrade, 2003; Diegues, 2007). Além disso, os agricultores ribeirinhos contavam com o uso de mão de obra familiar, e seus poucos excedentes apenas chegavam ao comércio local através da venda a baixos preços para intermediários. Com estes desafios, as atividades agrícolas passam a perder espaço para as atividades extrativas, como palmito, a caixeta e a manjuba, que permitiam a incorporação desses grupos, ainda que subalterna, aos mercados mais amplos.

Com a questão fundiária intocada, a ascensão da questão ambiental intensificou a pressão sobre as terras e o meio-ambiente local, penalizando os ribeirinhos e aumentando as distâncias entre as distintas formas de relação com os recursos locais ali existentes. Porém, se por um lado a incidência da legislação ambiental acentuou a mudança nas bases de sociabilidade tradicionais do território, acentuando a redução da autonomia das populações ribeirinhas com a crescente

coibição de práticas coletivas e hábitos tradicionais, e aprofundando a pobreza e a degradação ambiental, por outro trouxe consigo o embrião da organização social e das relativas mudanças que ali se observaram a partir da virada para o século XXI. A mobilização local nasceu de um cruzamento entre a questão fundiária, a questão ambiental e pressões externas pela construção de barragens¹⁵, e se fortaleceu com a institucionalização de categorias como quilombolas e caçaras expressas na Constituição de 1988. Soma-se a isso, também, a organização sindical dos agricultores familiares com a instituição dessa categoria pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no final dos anos 1990. Com a ascensão da retórica do desenvolvimento sustentável e o aumento de sua visibilidade pela ações públicas, esses grupos passaram a ser tidos como possíveis portadores da ideia de sustentabilidade (Coelho et al., 2010; Galvanese, 2014).

Ao longo dos anos 2000 um novo quadro de políticas se endereçou ao território, principalmente por parte do governo federal que, buscando priorizar os territórios como unidades de implementação de programas, agregou ao planejamento abordagens participativas e temas derivados dos debates sobre sustentabilidade. Além disso, os antigos ribeirinhos, agora agricultores familiares, quilombolas e caçaras passaram a ser beneficiários de uma série de incentivos e políticas federais¹⁶. As políticas sociais que passaram a incidir no território parecem ter sido as principais responsáveis pelas melhoras observadas nos últimos anos, respondendo pelo aumento da renda e da inserção produtiva de agricultores familiares e comunidades tradicionais em mercados de compras institucionais, o que implicou significativa novidade em termos de organização econômica para estes grupos, ainda que não tenha provocado mudanças significativas na trajetória de desenvolvimento do território, ainda pautada por atividades primárias de baixo valor agregado, concentradoras de recursos e de forte pressão sobre o meio ambiente.

Os impasses que envolvem o momento atual da configuração territorial do Vale do Ribeira se relacionam, em grande medida, à dificuldade de estabelecimento de coalizões e acordos territoriais com força o suficiente para traduzir interesses e visões alternativas de desenvolvimento em novos caminhos para o território. Essa dificuldade tem suas raízes históricas na forma como se deu, ao longo do tempo, sua inserção nas dinâmicas econômicas mais amplas do estado e do país e nas consequentes estruturas sociais e de dominação que daí derivaram. Subordinada a interesses externos, com dificuldades de controle e domínio sobre um território com características geográficas e ambientais particulares e, portanto, com pequeno potencial de capitalização, as elites regionais não tiveram, ao longo do tempo, força o suficiente para subordinar o território aos seus interesses e, assim, impor sobre ele estratégias diretas de dominação. Isso deixou uma brecha aberta para a coexistência de diferentes formas de acesso e uso dos recursos, o que garantiu a sedimentação de um tecido social minimamente diversificado e desconcentrado ao longo do tempo e de seus ciclos econômicos, que começa a se fragmentar a partir do século XX sob a coordenação do Estado. Com uma estrutura de poder pulverizada e cada vez mais dependente de arranjos externos, não se criaram formas de coordenação, organizações e coalizões territoriais fortes o suficiente para pressionar por mudanças institucionais em direção a um modelo de desenvolvimento mais inclusivo. Nem a abertura da BR 116 ou a atuação estatal a

15 A ameaça de perda de terras pela construção da barragem de Tijuco Alto, proposta pelo grupo Votorantin em finais dos anos 80 e recentemente engavetada pelo Ibama, provocou o início de uma mobilização entre as comunidades negras que, com a decisiva iniciativa da esquerda católica, permitiu a um só tempo a organização política dessas comunidades em torno do Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB) e a crescente afirmação de sua identidade étnica enquanto quilombolas com direito à terra (Galvanese, 2014).

16 Diversos estudos se dedicaram ao Vale do Ribeira a partir dos anos 2000, e analisam de forma detalhada as diferentes políticas ali em marcha nesse momento. Para uma sistematização, ver Silva Junior (2015).

partir dos anos 60, que incentivaram a produção comercial e o vínculo com mercados dinâmicos, e nem as políticas federais dos anos 2000 promoveram essa recomposição interna das forças sociais locais. As bases da fragmentação e das desigualdades características da estrutura social do território – estrutura agrária e de acesso e recursos - não foram alteradas, o tecido social segue fragmentado e os diferentes modelos de desenvolvimento em disputa parecem estar longe de serem equacionados por uma coalizão capaz de imprimir novo rumo às dinâmicas atualmente observadas no território.

A BOCAINA

A ocupação colonial da Bocaina no século XVIII derivou de sua localização, no caminho de circulação do ouro de Minas Gerais e do porto do Rio de Janeiro. As atividades econômicas da região se dedicavam, à época, ao abastecimento de alimentos e pouso para as tropas que por ali passavam (Antonio Filho, 2009). A facilidade de acesso à terra e a consequente fixação de agricultores foi fator decisivo para a manutenção de seus primeiros núcleos populacionais, que se transformaram em freguesias dispersas pelo território (Zuquim, 2002; Shirley, 1977). A gênese da formação social na Bocaina se ordenou em meio a homens livres, com número reduzido de escravos. A produção agrícola era familiar e as atividades de pouso e comercialização com as tropas eram usualmente realizadas pela mesma pessoa, o vendeiro, com papel central na estrutura local.

No final do século XVIII, o declínio do ciclo do ouro em Minas Gerais, o crescente estímulo metropolitano ao incremento econômico da capitania de São Paulo – fomentando a produção de itens apreciados na Europa, como anil, algodão, açúcar, fumo –, e a lacuna de mercado decorrente do declínio da produção de açúcar no Caribe (Garrido, 2012), conformaram as bases de desenvolvimento do ciclo do açúcar paulista, em áreas do interior de São Paulo, e no Vale do Paraíba. Ainda que de curta duração no Vale do Paraíba (1780-1800)¹⁷, sua presença foi importante porque consolidou, além de uma estrutura de produção de itens de subsistência, os caminhos de ligação com São Paulo (Petroni, 1968). Com o impulso à produção do açúcar houve um incremento no uso de escravos; pequeno ainda, pois a inversão de capitais necessária para a ampliação não era compatível com os rendimentos da produção. Contudo, a posse de escravos, e sua quantidade, eram traços fundamentais de distinção na sociedade local (Moreno, 2013, Garrido, 2012).

No topo da sociedade açucareira estavam as famílias mais antigas na região, usualmente ligadas às atividades de engenho e comércio de açúcar, com boas relações com o governo provincial. Estas compuseram uma espécie de clãs locais (Garrido, 2012) cuja projeção social e de poder político-administrativo era reproduzida por meio de casamentos intra e interfamiliares e acúmulo de cargos públicos e títulos militares. Os pequenos agricultores pobres geralmente ligavam-se aos clãs, sob o formato de agregados, cultivando as terras por meio de parcerias ou meação. O excedente de produção aferido pelo trabalhador era utilizado para sua subsistência, alijando-o de quase toda a sorte de relações comerciais. Outra figura de destaque seguia sendo o vendeiro. A ele cabia estabelecer as relações com o tropeiro, negociar a produção local e garantir o fornecimento de produtos inexistentes na localidade. Era personagem relevante em um mundo

17 A principal dificuldade para produção na Bocaina se relacionava ao escoamento da produção, proibida por meio de portos que não fossem paulistas (Lei do Porto único, 1789). Tal situação inviabilizou economicamente a atividade, pois os portos mais próximos eram o de Mambucaba e Paraty, no Rio de Janeiro. O principal porto paulista, de Santos, era distante e seu acesso precário (Garrido, 2012).

centralizado em atividades mercantis, uma vez que estabelecia contato com o mundo exterior à região e indicava os valores monetários da produção (Franco, 1997, Garrido, 2012). Diferentemente dos clãs, dos agricultores pobres e vendedores fixos ao núcleo populacional, a figura do tropeiro, por sua vez, estava descolada da estrutura social, mas estabelecia relações econômicas e sociais com os grupos detentores de poder, e alimentava de informações e novidades a vida dos núcleos populacionais. Era um elemento livre e central em um regime que tangia as relações econômicas pré-capitalistas e capitalistas (Franco, 1997). Esta condição se perpetuou até a chegada do café, que trouxe novos elementos tanto para a estrutura social como para a econômica.

O declínio da produção de café em São Domingos (Antilhas) no começo do século XIX incentivou a produção em terras brasileiras. Na Bocaina, o ciclo do café caracterizou-se como um período áureo, associado a pelo menos duas condições: a existência de terras livres agricultáveis e um sistema de transporte razoavelmente organizado com estradas e tropas. Do ponto de vista das condições externas ao território que favoreciam o café naquele momento, vale citar a abertura dos portos (1808), fato importante tanto para o comércio do grão como para a importação de escravos como mão de obra. Essas condições garantiram o florescimento da produção cafeeira na Bocaina e seu desenvolvimento até o final do século XIX. Houve o fortalecimento de uma classe capitalizada de senhores de escravos, que compunham com os fazendeiros uma complexa engrenagem baseada na compra de mão de obra escrava que servia de lastro para reinvestimentos na produção, transporte e comercialização de café. O centro dinâmico era a fazenda, de onde se estabeleciam as estratégias de dominação política e econômica, apoiadas no prestígio, distinção e poder senhorial dos cafeicultores, alicerçados na tríade de fiscalização, disciplina e castigo (Santos, 2014) em que se assentou a ordem social escravocrata do século XIX. Com a cidade construiu-se uma relação distanciada, de visitas em atividades solenes, religiosas ou políticas.

O efeito do *modus operandi* expresso pelas relações de dominação se traduziu na conformação de uma estrutura social rígida e polarizada, com possibilidades de ascensão muito restritas, associada a interesses particularizados e filtrada por vínculos pessoais e critérios de reconhecimento social sustentados por relações de parentesco e obrigações com a elite dominante cafeeira (Fernandes, 2010). No topo da ordem social, os cafeicultores compunham a elite detentora de todos os tipos de recursos (políticos, econômicos, sociais e simbólicos), agindo em acordo exclusivo com seus interesses sem encontrar barreiras sólidas que pudessem refrear tal condição¹⁸. A Corte era o espaço de circulação dessa elite, antenada aos acontecimentos nacionais e internacionais, e conectada aos mercados de exportação do café. Ali expandiam suas redes e se arranjavam casamentos com fim de potencializar ainda mais os seus domínios (Santos, 2014). Era ambígua a coalizão de interesses desse grupo, que em alguns momentos apresentava interesses de classe e, em outros, agia em acordo com seus negócios individuais. Um bom exemplo da ação coletiva desse grupo foi a pressão exercida sobre o Império para postergar a extinção da escravidão, valendo-se de leis parciais de eliminação dessa mão de obra. O Imperador, sem outros grandes trunfos, valeu-se da concessão de honrarias nobiliárquicas. Era uma forma de ampliar o apoio lastreado em benesses pessoais. Apesar da pouca efetividade prática do título foi no prestígio e distinção angariados com a titularidade que se reproduziu o poder político local e regional.

18 Um bom retrato está na figura do Comendador Antonio José Nogueira: “... presidia as eleições no corpo da Igreja Matriz do [sic] Bananal como juiz de paz com o respectivo fitão traçado sobre a farda de oficial da guarda nacional (por este tempo tinha o posto de major), e o revólver à cintura, à mostra. Tinha a mão sobre a urna e nessa só deixava caírem os votos dos seus” (Jornal Gazeta de Notícias de 7.12.1888, in: Santos, 2014, p.237).

A larga base da estrutura social era formada por homens livres e pobres, e escravos. Com estes últimos os cafeicultores estabeleceram vínculo de coação direta e contínua revelada pela violência física e simbólica. Com os homens livres e pobres a relação era mais complexa: a expropriação da força de trabalho era acobertada por vínculos de contraprestação de favores pessoais e de lealdade e, muitas vezes, de compadrio. A eles era legada a possibilidade de trabalhar na formação de cafezais, atividade para a qual, geralmente, a mão de obra escrava não era mobilizada. Em troca deste trabalho lhes era permitido plantar produtos alimentícios entre os cafezais em formação, e o excedente, o que era raro, poderia ser levado ao mercado. Isso mantinha os homens pobres afastados das relações capitalistas; por um lado eram expropriados de sua força de trabalho, e por outro da possibilidade de atuar no mercado (Franco, 1997). A estrutura social guardava espaço para mais dois outros agentes conhecidos e que não estavam sujeitos a obrigações de ordem pessoalizada, mas não deixavam de estabelecer uma relação de dependência: o tropeiro e o vendeiro. Destes provinham os poucos gêneros alimentícios ou bens não produzidos na fazenda e fundamentais para o bom andamento da atividade cafeeira. O tropeiro tinha menos aderência à vida comunitária local, e o vendeiro, por sua vez, estava integrado à sociedade e, mais do que isso, na maioria das vezes era o elo de ligação entre o cafeicultor e os estratos mais pobres. Era o indivíduo mais bem inserido na vida comunitária (Franco, 1997).

O avanço geográfico do café em São Paulo no final do século XIX evidenciou a necessidade de modernizações em diversas frentes. Uma delas foi a mobilidade da produção. O novo meio de transporte, a ferrovia, tirou de cena uma das figuras emblemáticas daquela formação social até então: o tropeiro, que ficou restrito a transportes secundários. Mas, no caso de Bocaina deixou entrever outro aspecto: o abalo nas articulações de poder de membros da elite cafeeira, uma vez que a Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II – depois Estrada de Ferro Central do Brasil – não passou pelas áreas pioneiras de Areias e Bananal em seu curso do Rio de Janeiro a São Paulo. Outra frente de modernização dizia respeito à carência de mão de obra escrava, que mobilizou novas forças políticas em busca de alternativas. Na realidade, os cafeicultores resistiram enquanto puderam à troca de mão de obra, não só apenas pela força de trabalho, mas porque se desarticulava o lucrativo edifício construído entre comercialização de café e de escravos e o reinvestimento de recursos em produção. Experimentaram-se novas formas de divisão do trabalho com mão de obra imigrante¹⁹: primeiramente os núcleos coloniais, além da parceira ou meação, ambos economicamente impraticáveis em larga escala e, mais tarde, o colonato que instituiu a inserção em massa do imigrante. A proposta da mão de obra livre, trazia embutida outra condição além do novo status social: os trabalhadores eram também livres de qualquer propriedade, excluídos, portanto, também dos meios de produção (Arruda, 2007; Furtado, 1977). Tal condição constitui-se umas das características da gênese do trabalhador livre e assalariado, com a inserção brasileira na ordem capitalista. O fim da escravidão resultou em êxodo rural desenfreado, provocando o inchaço das cidades pouco adaptadas para este novo momento, e o abandono das plantações, com conseqüente ciclo de miséria e desajustes sociais. Com as crises de superprodução do café, aumento dos estoques e diante da necessidade de investimentos para mantê-los em segurança no aguardo de melhores preços, as escalas governamentais passaram a

19 Emília Viotti da Costa e José de Souza Martins indicam que a pressão contra a imigração não se situava em uma mentalidade retrógrada dos cafeicultores dessa região, aferrados à escravidão. O foco estava nas questões econômicas. Viotti da Costa indica que os fazendeiros estavam “abarrotados de escravos” (Costa, E.V. *Da senzala à colônia*, São Paulo: Difel, 1966, p.233) e Martins lembra que “... ante o fim previsível e iminente do regime servil, diminuía a capacidade dos fazendeiros de levantarem capitais junto a seus credores em proporção ao volume de seus negócios. Basicamente, as relações comerciais tendiam a desorganizar a produção” (Martins, J.S. “O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”. *Tempo Social*, São Paulo, 8(1), p.25-70, maio, 1996, p.46).

ser pressionadas a favor da intervenção nos mercados internacionais. Esta foi uma vitória da Convenção de Taubaté (1906) e do poder político dos cafeicultores de regiões mais pujantes que passaram a dominar o cenário econômico e político. Aos cafeicultores da Bocaina restou o abandono dos pés de café, a venda das terras e, quando possível, a transferência para outras regiões mais produtivas.

A crise de 1929 consolidou tal condição e o território se encaminhou para a pecuária de leite (Gomes, 2010; Zuquim, 2002). A atividade agropecuária representou o rompimento da ligação com o mercado internacional, substituído pelo mercado interno. Visando garantir algum tipo de organicidade ao setor, iniciou-se um processo de associativismo rural com a criação de cooperativas de leite (anos 1930 e 40), comandadas pelos fazendeiros com apoio do governo estadual (Otani et al., 2001). Ampliaram-se os mercados consumidores, transformando o Vale do Paraíba na principal bacia leiteira de São Paulo até os anos 1970, com centralidade exercida pelas cidades de Guaratinguetá, Taubaté e São José dos Campos (Gomes, 2010). A heterogeneidade interna à Bocaina se acentuou, com algum enriquecimento daqueles que se ligaram aos processos de industrialização em curso (pós década de 1930), e o empobrecimento e isolamento das cidades que reproduziram resquícios da sociedade escravocrata com estruturas rígidas, legando poucos trunfos para a inserção às novas formas econômicas que se desenvolviam no Vale do Paraíba. A elite se desintegrou com a ruína dos antigos cafeicultores que ainda restavam na região. Surgiu uma nova elite, mas em geral absenteísta, composta por pecuaristas que mantinham fazendas na Bocaina mas residiam em outras localidades do Vale do Paraíba, Rio de Janeiro ou São Paulo. As fazendas tocadas por parceiros exigiam poucos investimentos e a riqueza acumulada nesta atividade não se reproduziu no território. Os comerciantes e os profissionais liberais que compunham uma camada intermediária, diante da pobreza ou foram embora ou também empobreceram. A base da estrutura social era composta por trabalhadores pobres, muitos deles inseridos em atividades produtivas de caráter pré-capitalista. O destaque diferenciado foram os municípios não tocados pelo ciclo cafeeiro e que perduraram como franjas ou fronteiras ao capitalismo (Favareto et al., 2015). Estes constituíram-se em locais de resistência da cultura cabocla²⁰ até meados do século XX, com estrutura econômica lastreada na produção de subsistência, relações de trabalho baseadas na meação ou parceira em que o assalariamento custou a se fixar, e relações sociais assentadas em laços pessoais e de vizinhança, típicas da cultura caipira. A ausência do operariado industrial garantiu uma feição rural a estes municípios por mais tempo (Willems, 1947).

A intensificação da urbanização e industrialização de São Paulo, associada às políticas de desenvolvimento a partir do Plano de Metas (1956) do governo Juscelino Kubitschek e a inauguração da Via Dutra (1951), incentivaram a ocupação de faixas lindeiras à estrada de rodagem e definiram o formato do crescimento econômico financiado pelo capital estrangeiro no Vale do Paraíba. O resultado foi a forte industrialização, em especial de produtos manufaturados de consumo para os quais o país ganhava certa independência do mercado importador (Bresser-Pereira, 2015). Destacou-se a importância dos vultuosos investimentos estatais e de empresas multinacionais no Vale do Paraíba – como a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (1946), a Embraer em São José dos Campos (1969) e as multinacionais na área química e automobilística instaladas ao longo da rodovia. Estas indústrias incentivaram a presença de outras estruturas produtivas de apoio na área de metalurgia e mecânica em cidades menores como Lorena e Guaratinguetá. Também foi significativa a política de incentivos fiscais municipais para implantação de indústrias em cidades com vantagens locais em contraposição à saturação

20 Cultura cabocla foi uma denominação emprestada de Willems (1947).

que aos poucos ocorria na Grande São Paulo. Aprofundaram-se ainda mais as heterogeneidades entre os municípios e a concentração de renda, e ficaram evidentes o crescimento econômico desigual e as lacunas no planejamento das estruturas urbanas, aspectos que se avolumaram com a gravitação dos pequenos municípios pobres e uma atração inevitável de população em busca de melhores oportunidades. Com a incidência das políticas desenvolvimentistas da década de 70 e sua ênfase nos setores de transportes, automobilístico e petroquímico, incrementou-se ainda mais as atividades industriais, mas sempre em localidades próximas à Via Dutra. Nos demais municípios restaram a pecuária e a silvicultura como bases para a manutenção de algum dinamismo econômico. No caso da pecuária, o resultado foi uma crescente especialização e concentração por parte de alguns investidores externos, e a manutenção de estruturas de domínio econômico de conglomerados ou cooperativas de leite sobre os pequenos produtores, para os quais era mais difícil o acesso ao mercado (Otani et al., 2001).

O governo estadual, associado aos interesses desenvolvimentistas do governo federal e diante dos dilemas da urbanização e da indústria, elaborou também propostas de desenvolvimento regional a partir dos anos 70. Contudo, as políticas não se dirigiram aos municípios fragilizados pela industrialização excludente. Implementaram-se no Vale do Paraíba os excedentes de plantas industriais provenientes da saturada Região Metropolitana de São Paulo, priorizando localidades que possuíam estrutura urbana e industrial consolidadas, de acordo com os interesses do mercado e não do território (Vieira, 2009). A própria organização do CODIVAP²¹ que poderia garantir força aos municípios mais fragilizados, se uniu às premissas acima. Outras iniciativas do governo estadual na década de 1980 sinalizaram recortes macrorregionais, sem um olhar mais fino sobre as características endógenas (Gomes, 2010) e contribuindo, portanto, com o desequilíbrio de forças. Poucas foram as iniciativas voltadas a promover uma maior participação social na formulação de políticas e na elaboração de planos de desenvolvimento regional e, nos anos 2000, foram timidamente implementadas políticas sociais de inserção produtiva aos agricultores mais pobres. Manteve-se para o Vale do Paraíba, o foco em estratégias de crescimento econômico, em especial industrial, nos grandes polos de concentração de recursos, reforçando mais uma vez a condição fronteira dos municípios que não se inseriram nessa condição (Gomes, 2010). Naqueles mais dinâmicos, desenvolveu-se uma base composta por trabalhadores assalariados de indústria e serviços submetidos a relações capitalistas e uma elite urbana diversificada. Nos municípios que se encontravam em áreas nas franjas das dinâmicas econômicas em curso, houve uma ampliação e diversificação de trabalhadores urbanos assalariados, mas no meio rural ainda subsistiram formas pré-capitalistas. Esta diversificação, contudo, esteve condicionada aos interesses de uma elite cada vez mais urbana, mas com interdependências com o *“patriarcado rural e seus aliados políticos”* (Shirley, 1977, p.208), uma vez que as autoridades municipais ainda se originavam de famílias tradicionais proprietárias de terras. A classe média ampliou seus contornos urbanos com a presença de comerciantes e funcionários públicos municipais e estaduais, mas apenas recentemente vem conseguindo espaços de poder político. A estrutura social mais aberta permitiu, ainda que de forma controlada pelas elites, a entrada de novos agentes sociais alterando as tradicionais estruturas de dominação da região.

21 O Codivap – Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba - foi criado em 1970, para aproximar os municípios diante da previsão de que a região se transformaria no maior corredor industrial do país, com problemas comuns a serem enfrentados. Hoje, seu principal objetivo é o crescimento econômico [Mamede, A. G. Análise do desenvolvimento do cone leste paulista desde a criação do Codivap: impactos observados e necessidades futuras. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional). Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté. Taubaté/SP, 2008].

Na configuração territorial da Bocaina, a heterogeneidade interna se aprofundou ao longo do tempo. Alguns municípios alcançaram melhores condições de desenvolvimento, notadamente a partir de meados do século XIX com o ciclo cafeeiro, que injetou recursos e fomentou acesso a mercados. O papel do Estado se fez notar a partir do século XX através de políticas favoráveis ao modelo de crescimento econômico associado a interesses exógenos ao território, em que as vantagens locacionais estiveram em primeiro plano (em especial a mobilidade da Via Dutra). Municípios com estas condições transformaram-se em cidades polo (Guaratinguetá, Lorena e Cruzeiro), com acesso a recursos, serviços e mercados. Já os municípios que não possuíam vantagens locacionais e nem coesão de interesses para pressionar por investimentos públicos entraram em decadência e até a atualidade se encontram estagnados (Silveiras, Bananal, Areias, São José do Barreiro), a despeito de sua importância durante o ciclo do café no século XIX. Por fim, o caso de Cunha é peculiar, pois sempre se manteve na posição fronteiriça, o que garantiu a permanência de algumas características hoje valorizadas pela crescente atividade turística que ali se desenvolve, com foco na interação com a cultura caipira.

POR UM DIÁLOGO ENTRE O VALE DO RIBEIRA E A BOCAINA

Três principais características se evidenciam nas trajetórias das duas configurações territoriais analisadas. A primeira delas é a articulação existente entre as características ambientais e geográficas e as formas de ocupação das terras e de exploração dos recursos que ali se estabeleceram ao longo do tempo. No caso do Vale do Ribeira, as dificuldades relacionadas ao relevo e ao clima e o papel central do rio como único meio de escoamento de produtos estabeleceram, desde os primeiros séculos de sua história, hierarquias entre regiões mais próprias ao cultivo agrícola – em geral aquelas mais planas e com presença de cursos d'água –, e áreas mais isoladas, montanhosas, onde o desenvolvimento da agricultura em grande escala estaria comprometido. A abundância e disponibilidade de terras que não cumpriam com esses requisitos permitiram, como visto, a coexistência de uma relativa diversidade de formas de apropriação e uso dos recursos locais ao longo do tempo, para além da monocultura escravista e das tentativas posteriores de desenvolvimento da agricultura comercial nos moldes das regiões mais dinâmicas do estado, ainda que estas últimas tenham aprofundado os conflitos fundiários e os processos de expropriação das populações ribeirinhas. No caso da Bocaina, a gênese do território se relacionou ao seu posicionamento nos caminhos de ligação ao Rio de Janeiro; e as atividades produtivas de subsistência exerciam, nesse momento, pouca pressão sobre as terras e recursos locais. O ciclo açucareiro marcou o início da apropriação desses recursos, mas foi com a expansão da cultura do café que se intensificou sua exploração exaustiva e sua concentração nas mãos de uma pequena elite, excetuando-se a Serra do Mar e da Mantiqueira, onde o relevo era desfavorável aos cultivos agrícolas. Com o empobrecimento do solo e o abandono contínuo dos antigos cafezais, as terras passaram a ser utilizadas pela pecuária extensiva, reproduzindo-se uma estrutura concentrada de acesso a ativos. A exceção são as localidades de encostas e pequenos vales das Serras, onde se manteve uma estrutura de pequenas propriedades, baseadas na agricultura familiar, mas com importantes dificuldades relacionadas ao isolamento e ao escoamento de produtos nos dias atuais.

A segunda característica diz respeito à configuração das estruturas sociais e de dominação que daí derivaram. No Vale do Ribeira, os limites à incorporação extensiva das terras, somados ao baixo nível de capitalização decorrente da sucessão de curtos períodos de dinamismo econômico conformaram uma estrutura de elites transitórias, com pouco poder de controle sobre o conjunto dos recursos e da vida local, e com estratégias de dominação que se diluíram juntamente com o declínio das atividades econômicas às quais estavam dedicadas. Já os estratos localizados no polo

oposto da estrutura social e compostos inicialmente por escravos e depois por pequenos sítiantes e comunidades de negros libertos então denominados caboclos ou ribeirinhos, sempre estiveram, em alguma medida, integrados ao sistema econômico regional que tinha no comércio sua principal potência e motor de reprodução. Sedimentaram-se formas relativamente abertas de acesso à terra, aos recursos naturais e produtivos, e aos mercados. Isso começou a mudar no século XX, com a entrada de novos agentes e instituições que, com importantes vantagens sobre a exploração dos recursos derivadas do apoio direto do Estado, passaram a se sobrepor às populações locais fragmentando o tecido social e aprofundando a pressão sobre o meio-ambiente. Na Bocaina, as elites foram na maior parte do tempo associadas ao lastro familiar e se valerem dessa estrutura para ampliar o seu poder econômico e político. Estas famílias de modo geral exerciam as atividades mais lucrativas de forma interligada, com pouca reprodução da riqueza no local, uma vez que as terras abundantes não necessitavam de grandes inversões de recursos. Com a estrutura social rígida e polarizada, o poder se concentrava nas mãos dessa elite cujos interesses de modo geral eram exógenos ao território, enquanto a base da estrutura social – mão de obra escrava e homens livres e pobres – era despossuída de recursos para garantir sua inserção produtiva. Essa polarização se manteve até o final do século XIX, quando a crise da produção local de café levou a região ao abandono. Ainda hoje são inúmeras as localidades da Bocaina que, tendo sido centrais na época áurea do café, ficaram para trás e se ressentem de sua pequena inserção econômica e política no contexto regional.

A terceira característica é o papel do Estado no processo de composição de interesses acerca de formas de acesso à terra e aos recursos locais ao longo do tempo. No caso do Vale do Ribeira, a atuação estatal se faz sentir a partir do século XX, e sobretudo a partir dos anos 70, aprofundando a fragmentação interna do território e os conflitos acerca dos direitos de uso e exploração dos recursos entre as novas elites ali instaladas – os imigrantes teicultores e os bananicultores –, as populações locais – ribeirinhos, caboclos – e, posteriormente, as unidades de conservação ambiental. As políticas dos anos 2000 pouco incidiram sobre essa fragmentação. No caso da Bocaina, o Estado sempre esteve articulado aos interesses comerciais das elites locais (açúcar, café, leite). A partir da década de 1950, ele passa a apoiar a dinamização do Vale do Paraíba paulista através de investimentos em infraestrutura e fomento ao estabelecimento de plantas industriais e de tecnologia de ponta nas áreas às margens da Via Dutra. As localidades que estavam fora desse eixo se viram preteridas diante de uma política que priorizava o crescimento econômico e o apoio à concentração de indústrias nesses locais, mantendo-as próximas à Região Metropolitana de São Paulo. A incidência de políticas sociais e de inserção produtiva de agricultores familiares é tímida, mesmo nas áreas rurais menos dinâmicas do território.

IMPLICAÇÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISAS E PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Diante do que foi apresentado, cabem algumas considerações finais sobre possíveis desdobramentos do tipo de análise a que aqui se procedeu para o aprofundamento de estudos acerca das desigualdades e do desenvolvimento territorial, e para o campo das políticas públicas. O presente artigo buscou enfatizar as articulações existentes, nos dois territórios em análise, entre as formas de apropriação e uso da terra e dos recursos naturais, as estruturas sociais e econômicas disso derivadas, e as formas de dominação que sustentam uma distribuição desigual de ativos e trunfos – materiais e simbólicos –, estruturando desigualdades. Essas formas de interação social estruturadas importam na moldagem das diferentes trajetórias de desenvolvimento observadas, uma vez que suportam diferentes formas de organização e alianças internas, favorecendo

determinados tipos de coalizão de interesses em detrimento de outros. Essas coalizões, a depender de suas características, estabelecem diferentes formas de relacionamento com os interesses exógenos ao território, incluindo-se o Estado, e refratam de diferentes maneiras as políticas e programas públicos que nele incidem. Essas estruturas de poder e dominação se conformam, como visto, no longo prazo, e se estabilizam ao longo do tempo engendrando formas de sociabilidade e regulação dos comportamentos dos agentes e grupos sociais com elas convergentes. Mas elas também se alteram, abrindo possibilidades que só podem ser entendidas a partir de uma análise acerca dos processos históricos envolvidos em sua conformação ao longo do tempo e dos mecanismos que, ainda que metamorfoseados, seguem bloqueando processos de desenvolvimento alternativos, ambientalmente sustentáveis e socialmente incluídos. Para além de uma análise da dimensão econômica do desenvolvimento territorial, trata-se de valorizar aspectos vinculados às questões contemporâneas do desenvolvimento, entendendo como eles operam ao longo do tempo e em cada diferente localidade, e em relação aos macroprocessos do país. Nesse sentido, são centrais os aportes fornecidos pelas Ciências Sociais e pela História.

Sobre o desenho de políticas, os estudos sobre o Vale do Ribeira e sobre a Bocaina ilustram de forma interessante os avanços e os limites tanto das políticas espacialmente cegas, quanto daquelas com viés explicitamente territorial, da forma como foram formuladas e implementadas ao longo da primeira década dos anos 2000. Em se tratando de duas configurações com baixo desempenho nos indicadores de desenvolvimento, as políticas sociais como o Programa Bolsa Família tiveram importante impacto na melhoria das condições de vida dos mais pobres e no aumento da circulação monetária nesses territórios. Porém elas apresentam pouco potencial de mudança estrutural, uma vez que as desigualdades perpassam dimensões para além da renda monetária, e seu combate em escala territorial requer políticas sensíveis às suas múltiplas manifestações. No caso das políticas explicitamente territoriais, os dois territórios ilustram também a importância de estratégias que considerem as importantes heterogeneidades internas desses espaços, com recortes que tenham aderência às especificidades intraterritoriais e às estruturas sociais que ali operam, e que busquem fortalecer alianças estratégicas em torno de novas modalidades de uso dos recursos locais.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. **Ameaças à redução das desigualdades na América Latina**, 2015. Disponível em <http://projetocolabora.com.br/inclusao-social/ameacas-a-reducao-das-desigualdades-na-america-latina/>
- ANDRADE, D. **Pobreza rural e conservação da Mata Atlântica no processo de transformação do sistema de produção agrícola caboclo: história agrária do município de Iguape, Vale do Ribeira-SP**. 2003. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – PROCAM/USP, São Paulo, 2003.
- ANTONIO FILHO, F. **O “caminho novo”: o vale histórico da serra da Bocaina — opulência e decadência da sub-região paraibana paulista (reintegração de um espaço geográfico ‘deprimido’)**. 2009. 185 f. Tese (livre-docência) - IGCE/UNESP, Rio Claro/SP, 2009.
- ARRUDA, P.F. **O imperialismo e a dominação burguesa da Primeira República brasileira: 1889-1930**. 2007. 326 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC-São Paulo, São Paulo, 2007.

- BANCO MUNDIAL. **World development report: spatial disparities and development policy**. Washington: World Bank, 2009. Acessível em: <<http://issuu.com/world.bank.publications/docs/9780821377239>>. Acesso em fev.2014.
- BOURDIEU, P. **A Distinção** – crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp/Zouk, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **A construção política do Brasil**. Sociedade, economia e Estado desde a Independência. Editora 34: São Paulo, 2ª ed., 2015.
- CARRIL, L.F. **Terras de negros no Vale do Ribeira**: territorialidade e resistência. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - FFLCH/USP. São Paulo. 1995.
- CEPAL. **La matriz de la desigualdade social em America Latina**. Naciones Unidas, 2016. Disponível em http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40668/4/S1600946_es.pdf Acesso em out. 2016.
- DAVEZIES, L. **La République et ses territoires**: la circulation invisible des richesses. Paris: Seuil, 2008.
- DIEGUES, C. O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população. **CENPEC**, São Paulo, mar. 2007.
- DINIZ, E. Estado, Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento em Países Emergentes. **Desenvolvimento em debate**, v.1, nº 1, p 7-27, jan/abr. 2010.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1994.
- FAVARETO, A.; GALVANESE, C.; BARUFI, A.; SEIFER, P. A dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro (2000-2010). Serie **Documentos de Trabajo**. São Paulo/Santiago do Chile: Rimisp/Cebrap/UFABC, 2014.
- FAVARETO, A. et al. "Territórios importam, bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil". **Regis**. Brasília, vol.1, nº1, p.14-46, dez. 2015.
- FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira, São Paulo: Global Editora, 2010.
- FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- GALVANESE, C.; FAVARETO, A. Dilemas do planejamento e as instituições do desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 29, nº84, p. 73-86, fev. 2014.
- GALVANESE, C. Estratégias e instrumentos de redução das desigualdades regionais: um breve levantamento das políticas regionais em marcha na última década. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 39-54, jan/jun. 2015.

- GARRIDO, F. de M. **Produção, comércio e tensões nas vilas do norte da capitania de São Paulo (1788-1808)**. 2012. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – FCHS/UNESP, Franca/SP, 2012.
- GOMES, C. Questões do desenvolvimento regional no estudo do Vale do Paraíba (SP). **SEMANA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**. (Anais) IPPUR, 2010.
- KERSTENETZKY, C. Por que se importar com a desigualdade? **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 4, p. 649-675, 2002.
- KERSTENETZKY, C.; KERSTENETZKY, J. O Estado (de Bem-Estar Social) como ator do desenvolvimento: uma história das ideias. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 3, p 581-615, 2015.
- KRUGMAN, P. **Geography and trade**. Leuvan University Press, Belgium/MIT Press, Cambridge, Massachussets, 1991.
- LUZ, R. C. **Santo Antonio das Minas de Apiahy**. Apiaí/SP: R.C. Luz, 1996.
- MORENO, B. A. S. **Demografia e trabalho escravo as propriedades rurais de Bananal, 1830-1860**. 2013. 270 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2013.
- MULLER, G. **Estado, estrutura agrária e população**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.
- OECD. **Regional Development Policies in OECD countries**. Paris: OECD Publishing, 2010. Acessível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264087255-en>. Acesso: dez.2014.
- OTANI, M. et al. “Caracterização e estudo da agricultura familiar: o caso dos produtores de leite do município de Lagoinha, estado de São Paulo”. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 26, n. 279, p. 43-73, abr. 2001.
- PAES, G. S. **Ventura e desventura no rio Ribeira de Iguape**. 2014. 184f.. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2014.
- PETRONE, M. T. S. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765/1851)**. São Paulo: Difel, 1968.
- QUEIROZ, R. **Caipiras Negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica**, 2ªed. São Paulo: Edusp, 1983.
- RESENDE, R. **As regras do jogo: Legislação Florestal e Desenvolvimento Sustentável no Vale do Ribeira**, São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.
- SANTOS, M. A. **Geografia da escravidão na crise do Império: Bananal – 1850-1888**. 2014. 279 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2014.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- SHIRLEY, R. W. **O fim da tradição.** Cultura e desenvolvimento em Cunha. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.
- SILVA JUNIOR, J. A. **Desafios e perspectivas do Programa Territórios da Cidadania:** o caso do Território da Cidadania Vale do Ribeira, São Paulo-SP. 2015. 181f.. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - PROCAM/USP. São Paulo. 2015.
- VALENTIN, A. **Uma civilização do arroz:** agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880). 2006. 440f. Tese (Doutorado em História Econômica – USP- FFLCH. São Paulo. 2006.
- VIEIRA, E. T. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional:** o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX. 2009. 177 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - FFLCH/USP, São Paulo, São Paulo, 2009.
- WILLEMS, E. **Cunha. Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil.** Secretaria da Agricultura, Diretoria de Publicidade Agrícola, Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 1947.
- ZUQUIM, M. de L. **Os Caminhos da Bocaina:** uma Questão Agrária Ambiental. 2002. 372 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - FAU /USP, São Paulo, 2002.